



# A INSURREÇÃO POPULAR HAITIANA E A NOVA FRONTEIRA IMPERIAL



Dossiê #8 do Tricontinental  
Setembro de 2018



Edine Celestin / Kolektif 2 Dimansyon

Em 1980, a revista *Tricontinental*, publicada pela Organização de Solidariedade com os Povos da Ásia, África e América Latina (OSPAAAL), dedicou sua edição no. 119 ao Haiti. Os editores escreveram: “Muito pouco se sabe sobre a luta do povo haitiano”, pois os imperialistas “ergueram um muro de silêncio em torno do Haiti”. Eles não desejavam ver uma campanha internacional desenvolvida para defender as lutas do povo contra o regime ditatorial dos Duvaliers, totalmente apoiado pelos Estados Unidos e seus aliados. “Apesar disso”, escreveram os editores, “vozes que denunciam os assassinatos e a injustiça social no Haiti podem ser ouvidas sobre o muro, anunciando a disseminação da luta popular e clamando pela solidariedade mundial com ela”.

Esses muros existem hoje. A compreensão genuína do povo raramente é desenvolvida vista fora dos muros.

Nos dias 6 e 7 de julho, um estado de insurreição geral tomou todo o Haiti, em resposta à tentativa de aumentar o preço dos combustíveis pelo FMI e pelo governo nacional. O aumento de preço foi anunciado durante o popular jogo de futebol da Copa do Mundo entre o Brasil e a Bélgica. Acredita-se que o governo esperava evitar o escrutínio público do aumento de preços. Nenhuma sorte para o primeiro-ministro Jack Guy Lafontant. Em poucas horas após o término do jogo, milhares de pessoas foram às ruas. Eles bloquearam as estradas e expressaram sua raiva contra as lojas que vendiam mercadorias inacessíveis para a maioria do povo.

O governo voltou atrás rapidamente sobre o aumento de preços. Mas os protestos não terminaram. Mais estava em jogo. O povo fez exigências muito mais ousadas: que o primeiro-ministro renunciasse, para que todos os presos durante os protestos fossem libertados sem acusação, para que o salário mínimo fosse aumentado. O primeiro-ministro Lafontant, que era um desconhecido colocado na posição pelo presidente do Haiti, Jovenel Moïse, renunciou. Demorou duas semanas para que Moïse nomeasse seu substituto - Jean Henry Céant, um homem difamado por seu papel como advogado de apreensões de terras (*volè tè* - ou “ladrão de terras”, como é conhecido). Durante as duas semanas sem primeiro-ministro, o cordão de poder se estendia desde o gabinete do presidente até o do chefe da Polícia Nacional do Haiti - o diretor-geral Michel-Ange Gédéon. Eles são vistos como ilegítimos. A nomeação de Céant não ajudou.

A ilegitimidade do governo aparece claramente pelo nome que o povo dá à sua revolta - *dechoukaj* ou insurreição. É o mesmo termo usado na década de 1980 para os protestos contra o regime de Jean-Claude Duvalier. O povo queria que ele saísse. Eles querem que esse governo seja tirado também. Essas são demandas muito ousadas. Eles vêm da profundidade da história do Haiti, enraizada em sua revolução de 1791, aprofundada em seu ataque de 1929 contra a ocupação dos EUA e ainda mais nas lutas difíceis contra os Duvaliers, e então se manifestou em nosso tempo nas lutas contra a austeridade. O povo haitiano levantou-se contra as políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1997 e duas vezes contra o aumento do

preço do combustível (2000 e 2003). Eles estão armados com um senso de independência e injustiça.

O conflito, além disso, atualizou importantes debates de movimentos populares em relação à espontaneidade e organização, insurreições antineoliberais e a construção de sujeitos e alternativas emancipatórias. A dramática situação social haitiana, evidenciada pelos protestos, faz parte da atual fase da globalização neoliberal e das disputas interimperiais em relação a uma área de importância geoestratégica como o Caribe.

O nosso dossiê do **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social** no. 8 (setembro de 2018) faz um balanço dos eventos que ocorreram neste verão no Haiti e em seu significado de longo prazo. O dossiê é baseado em relatórios da Brigada de Solidariedade Jean Jacques Dessalines do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento Popular Patria Grande da Argentina. Somos gratos a eles por seu detalhado relatório prático e a Camille Chalmers, do Plateforme Haïtienne de Plaidoyer pour Développement Alternatif ([Papda](#)), bem como à Dra. Yvette Bonny por seu trabalho na crise da saúde no Haiti.





Edine Celestin / Kolektif 2 Dimansyon

## *La historia de um “mau exemplo”*

O tráfico de escravos, a escravidão e a plantação. E, claro, a Revolução Haitiana de 1791-1804 que explodiu o sistema pelo ar. Se falamos de fundo histórico da situação haitiana atual e a explosão social que sacudiu o país em julho deste ano, é impossível começar um outro tempo ou de outra forma. A Revolução Haitiana: o pioneiro, o impensável, o maldito, o frustrado, o partido, o derrotado, o traído. Os rótulos são baseados na necessidade urgente de explicar o revés visível entre um passado em que Haiti era a verdadeira vanguarda da humanidade e do óbvio atraso do presente. A falsa pergunta é tentadora, se inútil: o que teria acontecido ao Haiti se ...?

O importante é notar que o triunfo de uma revolução que foi simultaneamente anti-escravista, anti-colonial, nacional e social (James, 2013), e a construção da primeira república negra do mundo, apesar do seu radicalismo, não conseguiu quebrar a dialética da dominação em um mundo já definitivamente estruturado sob a lógica do capitalismo mercantil. Alguns analisam este fenômeno sob o conceito de “contra-revolução”, outros preferem usar a idéia de “revolução ininterrupta” do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes, enquanto tem aqueles que, como Dmitri Pietro Samsonov, vão escolher conceitos adhoc como “transdominação” explicar a continuidade das relações de subalternidade interna e externa no novo Estado. Nas palavras de Samsonov (2010), após a revolução haitiana foi empurrado

para a “reintegração com estatuto desigual na dinâmica do sistema mundial capitalista do século XIX”. A verdade é que desde que o Haiti revolucionário foi tomado como um mau exemplo por potências mundiais, como indicado nas fontes que retratam ciclo de guerras de independência na América Latina. O Haiti de Jean Jacques Dessalines, o patriota inquestionável da nação, rebeldes indígenas da insurreição Andina de Tupac Amaru II e as massas jacobinas enquadradas após Danton e Robespierre são o pesadelo das classes dominantes da periferia e metropolitanas, receosas diante da visível capacidade de ação das classes populares negras, indígenas ou camponesas.

Depois da revolução, o Haiti foi internacionalmente isolado imediatamente em formas não menos enfáticas das que enfrentarão em um século e meio depois Cuba de Fidel Castro, através de estratégias de bloqueio comercial, financeira, militar, político e diplomático. Em 1825, durante a presidência de Boyer, a França impôs uma indenização substancial ao Haiti como condição para o reconhecimento da jovem república. A dívida foi imposta sob a ameaça direta de uma nova ocupação militar, com 14 navios de guerra se aproximando da costa da capital, como Jérôme Duval nos lembra (2017). Paradoxalmente foi a França, depois de explorar gananciosamente por décadas a colônia mais rica do mundo (“Pérola dos Anéis”), que se voltou como credora das indenizações, parando primeiro nas mãos de colonos escravistas e, em seguida, nas mãos dos banqueiros que compram os direitos da dívida. O Haiti pagou até o último cobre, com juros onerosos, até 1947, de uma dívida hoje avaliada em cerca de 21.800 milhões de dólares.



Um novo longo ciclo de invasões e tutelas se abriria com a ocupação norte-americana de 1915-1934, o império que desde 1898 consolidou a sua intervenção decisiva no Caribe após o rápido desfecho da Guerra Hispano-Americana e a subsequente ocupação de Cuba, Porto Rico, Haiti e República Dominicana (Bosch, 2017). Durante a ocupação do Haiti, a Constituição foi reformada para permitir a posse de terras em mãos estrangeiras (proibida desde a época de Dessalines) e entre 15.000 e 30.000 haitianos foram mortos. O grande símbolo da resistência organizada neste período foi Carlos Magno Peralta, chefe militar da cidade de Leogane que comandou tropas rebeldes, os famosos “ladrões”, travaram uma guerra ousada de guerrilha contra os invasores. Este autêntico sandino haitiano seria morto e crucificado como uma lição.

A partir de 1950 os Estados Unidos reforçaram as sucessivas ditaduras de François Duvalier (“Papa Doc”) e seu filho Jean-Claude Duvalier (“Baby Doc”) durante mais de 30 anos, consolidando a inclusão dependente e periférica do Haiti na divisão internacional do trabalho. A força paramilitar do regime, os “Tonton Macoutes”, reivindicaram mais de 50 mil vidas vítimas de uma repressão interna protegida pelas doutrinas anticomunistas em voga. O fim da ditadura prolongada coincidirá com a ascensão do neoliberalismo em todo o mundo, que será claramente aplicado no Haiti desde 1986 por meio das políticas compulsórias de abertura comercial, “recomendadas” pelo FMI e pelo Departamento de Estado dos EUA. Finalmente, uma nova onda intervencionista será coroada com os golpes de 1994 e 2004 aos governos democrático-popular do padre

salesiano Jean-Bertrand Aristide, com a ocupação militar por forças multilaterais da MINUSTAH. Como o último marco deste breve resumo, podemos dizer que o trágico terremoto em janeiro de 2010 que matou mais de 300.000 vidas, foi usado pelo FMI para fortalecer a dependência do Haiti, a concessão de empréstimo de cerca de US \$ 114 milhões quando o que a dramática situação humanitária exigia era a solidariedade internacional e não as práticas de usura.

Ao rever a história do país, podemos ver que, antes e depois da revolução, a realidade do Haiti tem sido atravessada por diferentes formas de conquista, ocupação e tutela. Portanto, temos de restaurar essa dialética na análise do país, evitando a tentação de explicar o drama do Haiti por fenômenos puramente endógenas, por considerações racistas ou caprichos da natureza. Em um mundo interconectado da triangulação Atlântico do século XVI entre a Europa, África e América Latina e Caribe (Grüner, 2010), explicar as realidades nacionais deve necessariamente levar em consideração as categorias como o imperialismo, colonização, neocolonialismo, metrópole, periferia e globalização, para mencionar apenas alguns. Dos banqueiros franceses do FMI ao exército de estabilização da Nações Unidas (MINUSTAH), de Napoleão a Bill Clinton, do capital mercantil ao capital financeiro, das plantações às zonas francas, do monocultivo do açúcar a açúcar monocultura ao arroz, a mesma história de dependência e as mesmas tentativas de libertação e soberania. Esta chave de interpretação será importante para entender a dinâmica e o alcance do conflito.

## *Uma quebra anunciada?*

Em seu livro “Silenciando o passado”, o antropólogo haitiano Michel-Rolph Trouillot recolhe testemunhos do ano de 1790, alguns meses antes do levante de escravos que culminaria na Revolução Haitiana de 1804. De acordo com Trouillot (2017), momentos antes da revolução “o colono francês La Barre escreveu uma carta a sua esposa, que viveu na metrópole, na qual ele afirma que a vida nos trópicos permanecia pacífica: Nossos negros não se mobilizam (...) nem se quer pensam nisso. Eles são muito calmos e obedientes. É impossível para eles se rebelarem”. (...) E depois: “Os negros são muito obedientes e sempre serão. Nós dormimos com as portas e janelas bem abertas. A liberdade para os negros é um devaneio”. É um testemunho eloquente o entusiasmo ingênuo de todos os colonos que esperam subjugação perpétua ad eternum das relações de dominação. Em 1791, como nos dias 6 e 7 de julho de 2018, essa ilusão foi abalada pelos acontecimentos. Vamos tentar sintetizá-los brevemente.

Foi, com efeito, uma revolta popular em massa desencadeada em primeiro lugar na capital Porto Príncipe, logo se espalhou para toda a populosa área metropolitana e depois para quase todas as capitais departamentais do país. No entanto, o epicentro do conflito sempre permaneceu em torno de Porto Príncipe e em Pétion-Ville, uma localidade adjacente. Os protestos foram extremamente radicais, desmoronando completamente

a capital em poucas horas por causa das barricadas e pneus queimados. Houve até uma retirada temporária para o quartel pela Polícia Nacional e outras forças repressivas do Estado, que assim davam o controle da rua aos manifestantes. O repertório de ações de rua combinou a mobilização, o bloqueio de rotas e ruas, o saque de lojas e supermercados e a queima de empresas transnacionais, hotéis de luxo e escritórios do governo. Os protestos resultaram em cerca de vinte mortes e um número indeterminado de feridos. Em resposta e apoio aos protestos, um amplo arco de união, organizações urbanas e camponesas convocaram uma mobilização ao Palácio Nacional e uma greve geral em 9 e 10 de julho, que conseguiu paralisar completamente o país, especialmente pela participação unânime dos sindicatos de transportes.

O gatilho para a situação foi a tentativa do governo nacional de aumentar significativamente o preço do combustível, com aumentos entre 38 e 51% na gasolina, diesel e querosene. O aumento, muito anunciado, veio de um acordo assinado em maio entre o governo nacional do presidente Jovenel Moïse e do Fundo Monetário Internacional, para o qual a instituição financeira se comprometeu a injetar dólares para aliviar a grave crise fiscal do Estado, absolutamente depende da moeda estrangeira gerada pela indústria têxtil e do apoio financeiro de organizações internacionais e ONGs europeias e americanas. Dias antes os Ministérios da Economia e Finanças e do Comércio e Indústria anunciaram a nova tabela de preços, o Banco Interamericano de Desenvolvimento tinha aumentado a pressão, oferecendo 40 bilhões de dólares em

troca de avanços nas “recomendações” do FMI, incluindo não apenas remover os subsídios aos combustíveis e o varejo, mas também a privatização da EDH, a companhia estatal de energia, bem como outros pontos típicos da receita neoliberal. Dada a sua integração na economia, o aumento do combustível teria um impacto significativo no preço dos alimentos, além do que o querosene é utilizado pelas classes populares haitianas nas casas para a iluminação e cozinha em um país com um fornecimento restrito de gás e energia elétrica.

Se somarmos alguns indicadores socioeconômicos (Santiago, 2013) a essa situação, poderemos entender a magnitude e a natureza radical dos protestos. O Haiti é o país mais pobre da América Latina e um dos mais desiguais do mundo; tem o menor PIB em todo o Hemisfério Ocidental; o salário mínimo nas chamadas “zonas livres” é de cerca de cinco dólares por dia, enquanto 58% da população sobrevive com menos de dois dólares por dia de acordo com dados do PNUD; a fome e a insegurança alimentar afetam quase 6 milhões de pessoas, segundo dados da FAO; a inflação é de cerca de 15% e a moeda nacional (o gourde) está constantemente se depreciando em relação ao dólar americano; grande parte da infraestrutura nacional continua em colapso desde o terremoto de janeiro de 2010; o meio rural está em grave situação devido à ruína induzida da produção agrícola, que induz os jovens haitianos a uma diáspora incessante (Rivara, 2018); os serviços de saúde e educação, quase totalmente privatizados, são inacessíveis à população mais vulnerável; déficit do governo haitiano não paga os salários dos funcionários públicos, entre outras



razões, por desvio de 3,8 bilhões de dólares para o país que desembarcou sob a plataforma de cooperação energética Petrocaribe. É por causa dessa situação que mais de um milhão de pessoas se mobilizaram no Haiti. Se o aumento dos preços dos combustíveis foi o catalisador indiscutível de qualquer forma, podemos reduzir a ele o sentido e o alcance de protestos que levou a uma crise política sem solução, que resultou na renúncia do primeiro-ministro Jach Guy Lafontant e orçamento de aposentadoria proposta pelo Estado para os anos 2019-2019. Apesar da suspensão do aumento por 24 horas de seu anúncio, era impossível conter o radicalismo das forças sociais desencadeadas em resposta a uma situação de dependência histórica e pobreza estrutural.

## *Uma interpretação*

Uma breve anatomia do conflito permite tirar algumas conclusões preliminares. Em primeiro lugar, foi um conflito eminentemente urbano em um país de tradição rural e camponesa, se considerarmos que a agricultura haitiana, além de representar cerca de 25% de seu PIB, emprega diretamente metade da população. É na verdade um sintoma da profunda transformação da estrutura social do Haiti a partir de políticas de abertura comercial dos anos 80 que levaram à ruína da produção agrícola, aumento do desemprego rural, induzindo a migração para superpovoada capital. Essas políticas de abertura também foram “recomendações” do FMI e dos Estados Unidos, que forçaram o colapso das tarifas sobre as importações agrícolas (Bonny, 2007). O caso mais emblemático foi o do arroz: “Nos anos 70, o Haiti foi auto sustentável para o suprimento de seu consumo de arroz, um produto essencial na dieta nacional. Em contraste, atualmente, importa 82% de arroz dos EUA” (Chalmers, 2015). Portanto, o protagonismo dos sujeitos urbanos no conflito e a baixa incidência relativa das massas camponesas nos obrigam a retornar a um debate clássico sobre a teoria política marxista. O debate sobre o “sujeito” dos processos de transformação social sempre se refere a processos que articulam o quantitativo e o qualitativo. Seu número e densidade, sua relativa homogeneidade e dispersão, sua ligação com outros sujeitos de classe, sua inserção objetiva na estrutura social e produtiva, suas tradições políticas e organizacionais, etc. Além disso, a tendência para a

concentração da população pauperizada em grandes metrópoles do continente deu a questão uma importância crescente como visto no ciclo de insurreições anti-neoliberais do século (El Alto e La Paz nas guerras de água e Gás na Bolívia, a conurbação de Buenos Aires na Argentina durante a rebelião popular de 2001, o Caracazo na Venezuela, etc).

Por outro lado, as grandes insurreições mencionadas atualizaram os debates sobre o caráter, o alcance e as limitações dessas verdadeiras revoluções anti-neoliberais. Acreditamos que os eventos de julho são muito semelhantes a esses fenômenos, que são típicos de sociedades duramente atingidas e desarticuladas pelos efeitos das políticas neoliberais. Mais do que uma fase ascendente da luta de classes, ou mais do que a expressão de uma robusta acumulação ideológica e organizacional são, de acordo com o nosso entendimento, processos de “ressurgimento” por sociedades jogadas ao fundo de suas possibilidades materiais e humana. Assim, seus altos níveis de espontaneidade e imprevisibilidade e as dificuldades de encontrar respostas orgânicas para as crises que eles próprios despertam. São, por fim, processos de alto poder de eliminação e produtividade relativamente baixa dos constituintes, que, no entanto, alteram as relações de força e têm estado na base de novos processos de acumulação popular e, em alguns casos, na conquista de governos progressistas e da esquerda. Agora, a resolução autônoma e heterônoma das crises da hegemonia neoliberal depende da capacidade das organizações populares para traçar planos de ação coordenados, forjar um bloco histórico e oferecer um programa. Por enquanto, a ruptura da hegemonia dominante

pode levar tanto à sua recomposição de cima quanto à construção de uma resposta contra-hegemônica. Contra interpretações excessivamente otimistas, não há revolução no Haiti em andamento. Contra o excessivamente derrotista, nenhuma insurreição em massa é em vão, e é evidente que os dias de julho fraturaram o consenso básico de um longo ciclo de colonização que data da invasão americana de 1915-1934. Acrescentamos a isso o fato de que o FMI anunciou que continuará a promover no Haiti a remoção do subsídio aos combustíveis (embora desta vez sob um regime tarifário gradual), é de se esperar que se produza novas convulsões sociais que enfraqueçam um governo que emergiu de eleições viciadas e com uma participação eleitoral da ordem de 21%.

Outro elemento de análise tem a ver com os altos níveis de espontaneidade dos protestos de julho, o que explica a rápida e quase espasmódica transformação da conjuntura política. De calma ao estado de insurreição geral em poucas horas, e de volta à desmobilização das classes populares em poucos dias. Embora essa espontaneidade e a prevalência de lideranças hiper-carismáticas tenham suas causas na história haitiana, seu reconhecimento não implica desconsiderar o componente organizado das mobilizações, mas sim colocá-las em sua devida medida. A presença de organizações populares era mais visível na greve geral do que na própria insurreição, já que, previsivelmente, devido à sua intensidade e dimensões, transbordou todas as organizações. Neste sentido, vale notar a inteligência concertada dos protestos que se desenrolaram de forma mais virulenta na cidade de Petión-Ville, ao lado da capital,

onde vivem a burguesia média e alta, e na qual estão os símbolos da burguesia internacional: embaixadas e grandes hotéis. Os episódios isolados de delinquência não ferem de modo algum o sentido claramente político das mobilizações, embora indiquem o desespero de setores da população jogados no limbo da sobrevivência. Além dos debates clássicos sobre espontaneidade e organização realizados entre Lenin e Rosa Luxemburgo, fica claro que o primeiro é inevitável e o segundo, quando se trata de esclarecer alternativas à globalização neoliberal.





# *A nova fronteira imperial*

O significado internacional da insurreição haitiana pode ser lido a partir de dois eixos. Primeiro, da localização do Haiti em uma zona geoestratégica como o Caribe. No livro acima mencionado, Bosch definiu o Caribe como uma “fronteira imperial”, pois a hegemonia inquestionável espanhola foi desafiada por outras potências europeias 130 anos após Cristovão Colombo colocar os pés em solo americano. Esta fronteira imperial, em contínuo movimento, não é alheia às transformações globais das últimas décadas. Nas palavras de Chalmers (2018): “o Caribe desempenha um papel fundamental nos processos de acumulação Intermundial, que é notada explicando que o aumento da produção industrial na Ásia, gera um trânsito de crescimento constante de mercadorias através do Caribe para o Atlântico e o Pacífico, produzindo uma exportação de fluxos de capital, que passam constantemente através do Caribe” Ou seja, é o deslocamento do eixo central da acumulação capitalista global dos Estados Unidos para o “Oriente” e o aumento da presença de novas forças que vêm para disputar a fronteira imperial (essencialmente a China) com um impacto decisivo na região. O Caribe não ficou fora dos Investimentos Estrangeiros Diretos da Ásia, como evidenciado por megaprojetos, como mineração, conduzido no Arco do Orinoco, na Venezuela, ou a tentativa de construir um canal na Nicarágua para rivalizar com o monopólio dos EUA sobre o Canal do Panamá.

Diante disso, a resposta previsível dos Estados Unidos é e será o

reforço da presença militar na região. É neste contexto que deve ser entendido sete intervenções militares no Haiti no último quarto de século e o estabelecimento da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), entre 2004 e 2017, agora parcialmente convertido para a retirada das tropas no MINUJUSH. Esta missão foi organizada após a intervenção militar dos Estados Unidos, França e Canadá após o golpe de Estado contra o governo popular e democrático de Jean-Bertrand Aristide. Apesar da nobre declaração de princípios da MINUSTAH, as organizações haitianas denunciaram e verificaram convincentemente mais de 2.000 vítimas de estupro e abuso sexual entre mulheres, crianças e meninas; bombardeio com helicópteros armados nas periferias urbanas da capital; uma violenta repressão interna nas manifestações de 2008 contra a fome; e responsabilidade na epidemia de cólera com cerca de 10 mil mortos, cuja tensão teria sido introduzida com o contingente nepalês dos Capacetes Azuis (Boisrolin, 2018).

Em outra linha de análise, não podemos ignorar os paralelos entre o que aconteceu no Haiti e com outras nações periféricas, que também foram induzidas a adotar políticas econômicas suicidas para resolver suas crises fiscais e para honrar os compromissos em matéria de dívida externa. É por isso que as ações de instituições financeiras internacionais como o FMI, o Banco Mundial ou o Banco Interamericano de Desenvolvimento devem ser entendidos como complementares tentativas militares de ação disciplinar, que visam reforçar os laços de dependência e fortalecer os processos de recolonização. A lista de exemplos seria muito extensa, mas é importante mencionar a caso de default da

Argentina em 2001, a crise da dívida grega em 2009, a tentativa de reforma fiscal na Jordânia, os planos de austeridade na Tunísia ou os recentes aumentos de preços de combustíveis na Guiné e no Egito (Quémard, 2018). Nesses países, tais políticas geraram desde protestos direcionados à revoltas populares em massa que algumas vezes conseguiram reverter as ofensivas conservadoras e derrubar governos altamente antipopulares. No caso do Haiti, a situação da dívida pressionando também é complementado pela dependência comercial com os Estados Unidos, que compra 85% das exportações do Haiti, principalmente produtos têxteis (Haiti Economie, 2018). E sabemos que quem compra, manda.

A ação organizada das ocupações militares, golpes e coerção comercial e financeira levou o Haiti a se tornar um verdadeiro “estado impedido” e não um “Estado falido”, conforme indicadores que parecem ignorar as causas exógenas do drama Haitiano. No entanto, o poder não permite lacunas, reduzindo o Estado a apoiar uma casta política e patrimonial, o que levou à substituição de deveres militares e de segurança interna para as missões das Nações Unidas, e que tem funções de ensino, saúde e alimentação nas mãos de ONGs e igrejas europeias e norte-americanas. Portella (2015) caracterizou muito apropriadamente as ações e consequências da prática de ONGs, identificando: o desenvolvimento de uma cultura mercantil e dependente incapaz de promover mudanças estruturais; o desperdício de recursos e a falta de transparência na prestação de contas; a fraca priorização da assistência estrutural e a ausência de planos de longo prazo; a competição entre comida gratuita e produção local que mantém a agricultura em ruínas; e a relação direta entre a ausência de ONGs e a ação do estado.



Edine Celestin / Kolektif 2 Dimansyon

# Outro olhar

A insurreição de julho, as imagens das barricadas e dos pneus em fileiras, os vídeos das multidões cercando hotéis e confrontando as forças de segurança, percorreram o mundo. Para um instante o Haiti, uma nação invisível e invisibilizada, entrou em erupção inesperadamente, derrubando cercas de mídia e saltando sobre um isolamento que reconhece muitas causas, entre as quais podemos citar a sua condição insular, a sua especificidade linguística, seu atraso econômico e, especialmente, o fúria das potências ocidentais que nunca pararam de atacá-la. Infelizmente, o Haiti é apenas notícia por causa de suas rebeliões e tragédias. E, no entanto, apesar do impressionismo das agências de imprensa e do miserabilismo das abordagens usuais à questão haitiana, essa poderia ser uma excelente oportunidade para ter outro olhar para o país.

Outro olhar para descolonizá-lo, resgatando as contribuições históricas, intelectuais, materiais e culturais do Haiti, da negritude e da afro-descendência para o nosso próprio continente e para toda a humanidade. Retorná-lo ao Caribe e à América Central, reconhecendo sua inscrição comum em nossa continentalidade periférica, bem como os grandes avanços dados por suas revoluções pioneiras: não só o Haiti, mas também Cuba, Nicarágua, Granada e Venezuela. Outro olhar, finalmente, às práticas necessárias e urgentes de solidariedade internacional e fraternidade que têm que colocar um limite à globalização neoliberal compulsiva de um mundo cada vez mais incerto.



## *Para ter mais informações*

Boisrolin, Henry 2018 “La insurrección popular de Haití”. Disponible em: <http://www.resumenlatinoamericano.org/2018/08/15/la-insurreccion-popular-de-haiti-entrevista-a-henry-boisrolin/>

Bonny, J.B. 2007 “Liberalización comercial y producción de arroz en Haití”. Disponible em: <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/ht/bjb-arroz.htm>

Bosch, Juan 2017 *De Cristóbal Colón a Fidel Castro* (Santo Domingo: Ediciones Fundación Juan Bosch)

Chalmers, Camille 2015 “Haití siempre ha sido un mal ejemplo para determinados intereses”. Disponible em: <http://www.nodal.am/2015/06/camille-chalmers-economista-y-activista-haitiano-exclusivo-para-nodal-haiti-siempre-ha-sido-un-mal-ejemplo-para-determinados-intereses/>

Chalmers, Camille 2018 “Los procesos de saqueo nutren el sistema capitalista”. Disponible em: <http://www.cadtm.org/Los-procesos-de-saqueo-nutren-el>

Duval, Jérôme 2017 “Haití: de la colonización francesa a la esclavitud económica de la deuda”. Disponible em: <http://www.cadtm.org/Haiti-de-la-colonizacion-francesa>

Grüner, Eduardo 2010 *La oscuridad y las luces* (Buenos Aire: Edhasa)

Haiti Economie 2018 “Les principales exportations d’Haïti”. Disponible em: <http://haitieconomie.com/index.php/2018/08/17/les-principales-exportations-dhaiti/>

James, C.R.L. 2013 *Los jacobinos negros* (Buenos Aires: RyR)

Portella, Emily 2015 “O lado oculto da ajuda humanitária: o caso do Haiti”.

Disponível em: <https://acoluna.co/o-lado-oculto-da-ajuda-humanitaria-o-caso-do-haiti/>

Quémar, Claude 2018 “Le FMI met le feu en Haïti, en Guinée, en Égypte...”. Disponível em: <https://haitiliberte.com/le-fmi-met-le-feu-en-haiti-en-guinee-en-egypte/>

Rivara, Lautaro 2018 “De Haití a República Dominicana: una historia de diásporas, solidaridad y desencuentros”. Disponível em: <http://batalladeideas.org/articulos/de-haiti-a-republica-dominicana-una-historia-de-diasporas-solidaridad-y-desencuentros-por-lautaro-rivara/>

Samsónov, Dmitri Pietro 2010 *Transdominación en Haití (1791-1826)* (La Habana: Editorial de Ciencias Sociales)

Santiago, Adriana (cord.) 2013 *Ayiti pale* (Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora)

Trouillot, Michel-Rolph 2017 *Silenciando el pasado* (Granada: Editorial Comares)

Tricontinental: Institute  
for Social Research *is an  
international, movement-driven  
institution focused on stimulating  
intellectual debate that serves  
people's aspirations.*

Instituto Tricontinental  
de Pesquisa Social *é uma  
instituição internacional,  
organizado por movimentos,  
com foco em estimular o debate  
intelectual para o serviço das  
aspirações do povo.*

the **trico**ntinental.org